

## **MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - CONTINUIDADE DA POLÍTICA DO SCHOOL ACCOUNTABILITY NO GOVERNO DE PERNAMBUCO**

SENA, Diego José- UFPE

Diego\_jsena@hotmail.com

MARQUES, Luciana Rosa- UFPE

Lmarques66@gmail.com

Este estudo apresenta-se como um recorte da pesquisa: Modernização da gestão pública em Pernambuco – os significados e representações do Accountability nas escolas de maior e menor desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação em Pernambuco; em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado acadêmico.

Com um enfoque investigativo - documental-, apresentamos um panorama da modernização do estado brasileiro, para entender o cenário em que se desenvolvem hoje as políticas de responsabilização em educação, especificamente as políticas no Estado de Pernambuco no atual governo Paulo Câmara (2015 - 2018) através da continuidade do Programa de Modernização da Gestão - Metas para a educação (PMGP-ME).

O programa é claramente pautado pela política neoliberal gerencialista, onde são traçadas metas a serem alcançadas, que são permanentemente monitoradas e avaliadas. Por fim, esses dados são amplamente divulgados, corroborando com a transparência e responsabilização das escolas pelo sucesso ou fracasso escolar. Essa política acompanha a esteira do fenômeno global da aferição de aprendizagem por meio de testes padronizados em larga escala que são elaborados fora das escolas e que demandam ações premiativas ou coercitivas.

### **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO**

A partir da década de 1970, o modelo de administração pública do bem-estar social começa a caducar, a burocracia é apresentada como um dos entraves para sua continuidade. Entretanto há que se pontuar que, com o fim do Socialismo real, após o

término da guerra fria, resulta a propagação do capitalismo como bloco econômico mais sólido; entrando em cena a globalização e a disputa de mercados. O neoliberalismo concorrencial passa a ser difundido por organizações internacionais, o que leva a países periféricos, como o Brasil, a se adaptarem aos grandes acordos econômicos capitalistas para sobreviverem ao mercado.

O neoliberalismo concorrencial prega o estado mínimo, através da privatização dos serviços sociais, O estado passa, assim, do papel de fornecedor para o de fiscalizador. Serviços antes prestados pelo estado devem agora ser oferecidos pela iniciativa privada, a fim de reduzir as despesas públicas. Com isso, temos a privatização das estatais, abertura para o capital externo, a entrada de monopólios, corte abruptos nos gastos sociais, desvalorização do salário e cobrança dos serviços públicos. Atendendo as demandas de mercado, prega-se também a livre concorrência em educação, que se instaura na competitividade dos indivíduos, sua formação passa a ser pautada para ocupar os melhores cargos no mercado de trabalho.

O Banco Mundial prega uma educação voltada para a competitividade. Deste modo, a educação deve ser construída pelo viés da eficiência, aparecendo o termo educação com enfoque sistêmico, programado para o diagnóstico, planejamento, controle e avaliação do processo e do produto, no caso da educação. Nesse sentido, são estabelecidos indicadores e cria-se instrumentos de aferição, para validar a efetividade do serviço público.

## **SCHOOL ACCOUNTABILITY**

O discurso do *School Accountability* nasce numa sociedade que pretende ser democrática e transparente através de construção e consolidação de políticas de prestação de contas e de responsabilização. O termo *Accountability*, de origem inglesa, sem tradução direta para o Português, tem seu significado comumente associado à prestação de contas. Conforme Afonso (2009, p.58), “O vocábulo *Accountability* apresenta alguma instabilidade semântica porque corresponde de facto a um conceito com significados e amplitudes plurais”; assim engloba abordagens e perspectivas em construção que “Remete para políticas, sistemas, modelos, dimensões, agencias, práticas

e atores também diversificados. ” Abrindo a pauta de discussão de que a política do *Accountability* não se restrinja ao campo de responsabilizações, entretanto é comum associar seu sentido à punição nas práticas adotadas por países.

A lógica de mercado é incorporada ao setor da Educação como o pano de fundo para acirrar a competitividade no mercado globalizado, uma nação só é plenamente desenvolvida se apresentar determinados resultados em seu sistema educacional.

A Gestão Pública no Brasil, em consonância com as demais nações latino-americanas, assume, nos anos 1990, a agenda da administração pública gerencial, onde são definidos os objetivos a serem alcançados e os indicadores de desempenho que deverão ser monitorados ao longo do processo. Com o resultado desses indicadores, são criadas políticas públicas para diversos setores da sociedade, atrelada ao conceito de responsabilização que a administração gerencial traz em seu bojo.

Em educação, a avaliação educacional tornou-se a ferramenta para institucionalizar os objetivos da política gerencial. A avaliação de larga escala, produzida fora dos muros da escola, passa a exercer a função de um instrumento regulador estado, já que é a pontuação alcançada aferida por esses testes que determinam uma melhoria ou estagnação de desempenho educacional, fazendo com que esse instrumento dê o direcionamento das políticas públicas educacionais. No estado brasileiro, as avaliações externas passam a acontecer em caráter amostral desde a década de 1980, na esteira do que ocorria nos Estados Unidos e Europa. Porém, foi com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, que a avaliação em larga escala ganha força como indicativo de políticas públicas a partir dos seus resultados. Para a política de *School Accountability*, educação de qualidade recai sobre a proficiência nos testes padronizados.

## **SCHOOL ACCOUNTABILITY NO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO EM PERNAMBUCO**

A política da *School Accountability* faz parte do novo Programa de Gestão Pública do Estado de Pernambuco, implantada no governo Eduardo Campos (2009-2014) e mantido pelo seu sucessor, o atual governador Paulo Câmara. O objetivo é criar e monitorar indicadores para diversas áreas da administração pública, conforme orientado na Nota Técnica de Avaliação das Escolas Estaduais e o Bônus de Desempenho Educacional- BDE.

Os dados obtidos no campo da Educação são colhidos por meio das avaliações de larga escala- Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) que junto com o Censo Escolar, realizado anualmente, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE). O IDEPE se materializa através da assinatura de um termo de compromisso onde o Estado se compromete a fornecer subsídios de caráter material (infraestrutura, material pedagógico) e humano (Professores e demais funcionários) e a escola se compromete em elaborar e pôr em prática o seu Plano de ação.

A política de responsabilização se concretiza no BDE, o Bônus de Desempenho Educacional, que prevê, conforme a Nota Técnica do Governo do Estado: “Um incentivo financeiro para as escolas que alcançaram a partir de 50% da meta estabelecida no Termo de Compromisso, o valor da bonificação varia de acordo com o percentual da meta atingido pela escola.”

## **CONCLUSÕES**

A atual política de responsabilização permite a transparência, entretanto relega a responsabilidade para o sucesso ou fracasso aos profissionais que estão atuando em contextos adversos, em detrimento de uma política pública mais robusta para o contexto social. Esse mecanismo também é nocivo ao gerar competição entre as instituições de ensino de uma mesma rede, dos profissionais docentes e valorização de determinadas disciplinas, tais como: matemática, ciências, e linguagem, disciplinas indispensáveis

para a formação global. Analisar como essa política se materializa nas escolas com altos e baixos índices é o que pretende a futura pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

AFONSO, A. J. Políticas Avaliativas e Accountability em educação- subsídios para um debate ibero-americano. **Revista de ciências da Educação. Sisifo.** p. 57-70, mai/ago 2009.

\_\_\_ Para uma conceitualização alternativa de Accountability em Educação. **Edu. Soc.** , Campinas, v.33 n. 119, p. 471-484, abr- jun. 2012

ANDRADE, E. C. “School Accountability” no Brasil: Experiências e dificuldades. **Revista de Economia Política**, v.28, n 3 (111), p. 443- 453, julho/ setembro, 2008.

BROOKE, N. O Futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, v 36, n 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

CAVALCANTI, A.C.D. Programa de modernização da Gestão Pública / Metas para a Educação / 2007-2010: Análise sobre a “Gestão Democrática” da educação em Pernambuco. 2011.

MELO, Danila Vieira de. “**Quando vai falar de IDEPE, você fala de bônus**” – As influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) nas escolas estaduais 2015.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. . Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 24, n.84, p. 873-895, 2003.